

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIAS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM DESENVOLVIMENTO RURAL - PLAGEDER**

**ANALISE DA IMPORTÂNCIA DO PAA E PNAE COMO IMPULSIONADORES DO
DESENVOLVIMENTO LOCAL –
O CASO DA COPTIL EM HULHA NEGRA/RS**

CÁRMEN ELISETE CACERES LEITE

São Lourenço do Sul

2013

CÁRMEN ELISETE CACERES LEITE

**ANALISE DA IMPORTÂNCIA DO PAA E PNAE COMO IMPULSIONADORES DO
DESENVOLVIMENTO LOCAL –
O CASO DA COPTIL EM HULHA NEGRA/RS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológica em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Desenvolvimento Rural.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Susana Cardoso

Coorientador: Tutor M. Sc. Marcelo Pinto Paim

São Lourenço do Sul

2013

CÁRMEN ELISETE CACERES LEITE

**ANALISE DA IMPORTÂNCIA DO PAA E PNAE COMO IMPULSIONADORES DO
DESENVOLVIMENTO LOCAL –
O CASO DA COPTIL EM HULHA NEGRA/RS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológica em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Desenvolvimento Rural.

Profª Drª Susana Cardoso

Orientador

UFRGS

Profº Dr João Armando Dessimon Machado

UFRGS

Profº Drº Jean Palma Revillion

UFRGS

São Lourenço do Sul, 08 de julho de 2013.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a UFRGS, que através da UAB no ensino à distância disponibilizou o curso de Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural.

À família da Isabel Marcos, que acolheu a mim e meu filho, durante o estágio da Unidade de Planejamento – UPA, onde em todos os feriados, dias santos e até “enterro” eu estava por perto, os conhecimentos partilhados, a aprendizagem sobre o rural do dia a dia, e claro o acolhimento afetuoso que a família me dispensou, muito Obrigada!!!

Ao Sr. Lauck e sua família, que mesmo com todo perigo de abrir seu frigorífico para uma “penetra” tiveram a confiança e paciência com uma aluna, perguntando, tirando fotos e atrapalhando os abates diários de seu estabelecimento, fora o fato de parar uma entrega para salvar um cachorro atropelado, claro adotado! Mas, morreu e, acreditem, em outro atropelamento, era o destino do “Félix”!!

A minha orientadora de estágio, Cristine Dutra, “grande” coordenadora da Inspeção Veterinária de Taquara, e uma “amiga para sempre”, lembra do que me disse, na primeira vez em que fui ao frigorífico – “se der uma de mulherzinha, não vem mais”, pois é, quase desmaiei ao ver o primeiro atordoamento, mas, só fiquei “branca” não fugi, nem corri e graças a vocês pude experienciar algo único, jamais entraria em abatedouro se não fosse assim, obrigada! Agora tenho uma experiência para lembrar o resto da vida, que muito tem me ajudado no dia a dia das agroindústrias.

Aos meus colegas do Pólo de Santo Antonio da Patrulha, grandes vivências, momentos difíceis, lembram do tutor Cláudio! Pois é sobrevivemos. Grandes amigos que serão sempre lembrados com muito carinho. Em especial ao grupo de estudos que por proximidade, depois por afinidade, sempre estava junto nos trabalhos de grupo e com o Gilson Redin a Eunice Kinzel e a Adriana Pereira, a trupe!!!

Aos colegas dos Pólos de São Lourenço e de Cachoeira do Sul que me acolheram, quando no final do curso, minha vida dá uma virada de 360° - Taquara / Hulha Negra / Bagé!

Aos tutores do curso que nos acompanharam no dia a dia das aulas, dúvidas, esclarecimentos, em especial a tutora Alessandra Troian, grandes conselhos e o carinho de uma pessoa que se tornou um exemplo.

Aos Professores que sempre nos passaram mais do que conhecimento, mas a noção que não é fácil, ser “aluno UFRGS”!

Aos colegas da Emater, especialmente ao Roberto de Taquara, ao Marcio ATR de Agroindústria, que sempre estiveram por perto nos momentos de dúvidas e reforçaram a persistência necessária para a continuidade dos estudos, e claro o colega Professor Décio Cotrin, que mostrou como “conversar com os autores”. Também a turma de Hulha Negra que respeitou os momentos em que a cabeça estava apenas nas tarefas do PLAGEDER, referenciando o Cássio, com muito carinho!!!!

Agradecendo, os “colegas universitários” Claudio Ribeiro e Elisângela Froehlich, que nos momentos finais do TCC não permitiram que eu desistisse, impulsionando-me a não perder três anos de dedicação, e agora nestas palavras, agradeço a vocês! Ao Gimino que tirou um tempinho pra olhar o texto.

A Professora Suzana e o Tutor Marcelo, orientadores desta caminhada, agradeço pela paciência demonstrada e desculpem por não ter correspondido, nos tempos certos as chamadas, foi muito produtivo esse convívio, percebi com se importaram com os alunos orientados. Muito obrigada!

Agradeço meus pais e minha irmã, que mesmo distantes geograficamente, torceram pelo meu sucesso, sei que muito rezaram para o sucesso desse trabalho.

Em especial agradeço meu filho GABRIEL, que me oportunizou momentos lindos de companheirismo, mesmo passando por dias bem difíceis com a ausência do pai, mas, sempre orgulhoso ao ir com a mãe nas “aulas de agricultura”, onde virou mascote da turma!!!

TE AMO FILHO.

Sem o maior incentivador de tudo que existe não poderia ter chegado até este momento, é a DEUS que dedico todo esforço e também os resultados de aprendizagem técnica e as experiências valiosas que adquiri durante o desenvolvimento do PLAGEDER, certa que, em todos os momentos de insegurança e desânimo, foi Ele quem colocou as pessoas “anjos” em meu caminho, para o incentivo necessário ao prosseguimento da jornada.

“Quanto mais nos elevamos, menores parecemos aos olhos daqueles que não sabem voar.”

Friedrich Nietzsche

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso objetiva compreender como as políticas de abastecimento alimentar – Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, impulsionaram o desenvolvimento da Cooperativa de Produção e Trabalho, Integração Ltda. - COPTIL, em Hulha Negra-RS, buscando descrever e analisar as transformações ocorridas na Cooperativa, após seu credenciamento nos referidos Programas. Para tal optou-se por realizar uma pesquisa exploratória onde os dados foram buscados através de pesquisa bibliográfica, legislações correlatas ao tema, entrevistas semi estruturadas com os cooperados e utilização de informantes-chave. A conclusão da pesquisa evidencia, que a inserção da COPTIL nas políticas de abastecimento alimentar promoveu mudanças estruturais em sua organização, tais como o aumento de seu quadro social, a implementação de agroindústria de processamento mínimo de vegetais e o fomento para a produção de grãos, cujos diversos alimentos produzidos pela cooperativa abastecerão as escolas e entidades beneficiárias dos Programas estudados. Aspectos sobre a organização da produção, infraestrutura básica e trabalho coletivo entre os cooperados foram levantados no estudo, sendo que, todos os entrevistados afirmaram que pretendem trabalhar no sentido de aumentar e melhorar a produção para atender os mercados institucionais que a cooperativa opera. Nesse sentido ficou comprovado que a inserção da COPTIL nos Programas PAA e PNAE alavancou seu desenvolvimento.

Palavras chave: Políticas Públicas, Programa de Aquisição de Alimentos, Programa Nacional de Alimentação Escolar, Cooperativismo.

ABSTRACT

This work aims to understand how the policies of food supply - Food Purchase Program FPP (PAA - Programa de Aquisição de Alimentos) - and the School Food National Program, SFNP (Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE) - prompted the development of the *Cooperativa de Produção e Trabalho, Integração Ltda - COPTIL* - in Hulha-Negra RS, seeking to describe and analyze the changes occurred in the Cooperative, after its accreditation in those program. For such, it was decided to conduct an exploratory research where data were sought through literature, laws related to the subject, semi-structured interviews with members and use of key informants. The conclusion of the study shows that the insertion of COPTIL in the policies of food supply promotes structural changes in its organization, such as the increase of its membership, the implementation of agro industry of minimum processing of vegetables, and the promotion of the production of grains, in which various food produced by the cooperative will supply the schools and beneficiaries of the Program. Aspects of the organization of production, basic infrastructure and collective work among the cooperative members were raised in the study, and all respondents said they intended to work to improve and increase production to attend the institutional markets that the cooperative works by. In this sense it was proved that the insertion of the COPTIL Programs FPP and SFNP leveraged its development.

Keywords: Public Policy, Food Acquisition Program, the National School Food Cooperative.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa do Corede Região da Campanha.....	15
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Apresentação e análise FOFA sobre a participação da COPTIL nos programas de abastecimento alimentar – PAA e PNAE.....	35
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASTECA	-	Associação de Cooperação Agrícola
CF	-	Constituição Federal
CGTEE	-	Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – Eletrobrás
CISPOA	-	Coordenadoria de Inspeção de Produtos de Origem Animal
CONAB	-	Companhia Nacional de Abastecimento
COPTIL	-	Cooperativa de Produção e Trabalho Integração Ltda.
COPERAL	-	Cooperativa Regional dos Agricultores Assentados Ltda
COREDE	-	Conselhos Regionais de Desenvolvimento
CPC/RS do Sul	-	Cooperativa de Produção e Comercialização Camponesa do Rio Grande
DDA	-	Departamento de Desenvolvimento Agrário
FAURGS	-	Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
FNDE	-	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FOFA	-	Pontos fortes, Fracos, Oportunidades e Ameaças
FNQ	-	Fundação Nacional da Qualidade
IBGE	-	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	-	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAPA	-	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	-	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	-	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome
MPA	-	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	-	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
PA's	-	Assentamentos Federais
PAA	-	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	-	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRA	-	Plano de Recuperação dos Assentamentos
SAN	-	Segurança Alimentar e Nutricional
SeSCoop	-	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
SISAN	-	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
UFRGS	-	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UPA	-	Unidade de Produção Agrícola
UPAs	-	Unidades de Produção Agrícolas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO DE PESQUISA	14
2.1 O município de Hulha Negra	14
2.2 A Cooperativa de Produção e Trabalho Integração Ltda.....	14
3 AGRICULTURA FAMILIAR E POLÍTICAS PÚBLICAS	24
3.1 Políticas públicas para a agricultura familiar.....	24
3.1.1 O PAA	26
3.1.2 O PNAE	28
4 METODOLOGIA	30
5 ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	32
5.1 Apresentação das entrevistas com os cooperados.....	35
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS.....	40
APÊNDICES.....	46
Apêndice 1 Roteiro de perguntas orientadoras para as entrevistas com o público alvo do estudo.....	47
Apêndice 2 Para os cooperados.....	48
Apêndice 3 Reportagem sobre os programas de abastecimento alimentar operacionalizados pela COPTIL, divulgação do jornal Minuano/Bagé-RS.....	49
Apêndice 4 Reportagem sobre os programas de abastecimento alimentar operacionalizados pela COPTIL, divulgação do jornal Minuano/Bagé-RS.....	50
Apêndice 5 Planta baixa da agroindústria de vegetais minimamente processados da COPTIL.....	51

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, no Brasil, vem sendo debatidas questões ligadas à segurança e soberania alimentar, por organizações civis e entidades governamentais, preocupadas com a proposição de ações estruturantes de combate a fome e a miséria. O Programa Fome Zero veio ao encontro desse debate com o objetivo de desencadear políticas sociais que busquem a equiparação de oportunidades entre os diversos grupos sociais que compõem o cenário nacional, unindo os elos de uma cadeia que envolve desde a produção de alimentos no campo, até os grupos sociais que encontram-se em situação de vulnerabilidade social, estes últimos objeto de repasse de alimentos por parte de governos e órgãos assistenciais. Nesse contexto edita-se o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, logo em seguida o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, ambos propondo a aquisição de alimentos produzidos no âmbito da agricultura familiar, tendo como referência os agricultores familiares e suas organizações representativas.

Os Programas PAA e PNAE fazem parte das ações desenvolvidas pelo Estado para minimizar a fome no país, tendo ligação direta com as ações em prol do desenvolvimento da Segurança Alimentar e Nutricional – SAN, tendo como foco a sustentabilidade dos agroecossistemas e o desenvolvimento socioeconômico das comunidades. Desenvolvido para fomentar os mercados locais o PAA possibilita que agricultores familiares e suas entidades representativas, acessem na forma de chamadas públicas as compras realizadas por órgãos oficiais, o que, ligado a outras políticas de compras públicas, permite aos agricultores garantir seu sustento e o desenvolvimento de atividades ligadas às cadeias produtivas existentes na localidade em que se encontram. Da mesma maneira o PNAE condiciona, que 30% do total de recursos disponibilizados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, seja destinado à aquisição de alimentos produzidos pela agricultura familiar local.

Nesse contexto em Hulha Negra/RS, a Cooperativa de Produção e Trabalho Integração Ltda. – COPTIL, fundada em 1989, com sede no Assentamento Conquista da Fronteira, atualmente com um quadro social composto por 110 cooperados, operacionaliza em nível local os programas de abastecimento alimentar PAA e PNAE, na área de abrangência da Região da Campanha do Rio Grande do Sul.

A participação da Cooperativa nos programas de abastecimento de alimentos iniciou no ano de 2010, sendo que num primeiro momento atuou em parceria com outra instituição a Cooperativa de Produção e Comercialização Camponesa do Rio Grande do Sul – CPC / RS

(Cooperativa ligada ao Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA). Esta parceria foi necessária no início das atividades de comercialização, tendo em vista a dificuldade do grupo local de cooperados ofertar a diversidade de produtos exigida pelo mercado a ser atendido, atualmente a COPTIL opera de forma autônoma, devido ao aumento no número de filiados e ao fomento realizado nos últimos anos em relação à produção de hortifrutigranjeiros e grãos.

Tendo como referência as políticas públicas voltadas para o abastecimento alimentar, busca-se com o texto responder ao seguinte problema de pesquisa: Como as políticas institucionais de abastecimento alimentar PAA e PNAE provocaram mudanças e impulsionaram o desenvolvimento da COPTIL em Hulha Negra? O objetivo geral tratou de descrever e analisar as transformações desencadeadas na Cooperativa de Produção e Trabalho Integração Ltda., a partir do credenciamento desta nos programas de abastecimento alimentar PAA e PNAE.

A partir do objetivo geral, surgiram três objetivos específicos. O primeiro contextualizar o município de Hulha Negra e a COPTIL, o segundo caracterizar os programas de abastecimento alimentar PAA e PNAE, e o terceiro analisar como e quais mudanças ocorreram na entidade a partir de seu credenciamento para operacionalizar o mercado institucional local.

A escolha do tema deste estudo justifica-se pelo fato de que seus resultados poderão contribuir para: (1) a geração de conhecimento científico sobre as políticas públicas, especialmente as voltadas para os mercados institucionais, (2) servir de subsídio para ações semelhantes que vierem a realizar-se na área de abrangência do estudo realizado, (3) oportunizar aos atores envolvidos, um olhar crítico sobre as ações que vem realizando.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa, quanto ao objetivo do estudo foi do tipo exploratório, tendo como procedimento o estudo de caso. Sendo utilizados como informantes-chaves, diretores da Cooperativa (2), e para consolidar os dados e caracterizar a discussão do tema, foi considerado o percentual de 10% do quadro social (11), por entender-se uma amostra válida do universo de associados da entidade. Levou-se em consideração na escolha dos entrevistados, a data de adesão ao grupo, a familiaridade com os programas de abastecimento e a participação nas atividades inerentes a COPTIL.

Foram realizadas 13 entrevistas semi estruturadas, sendo para tal utilizados roteiros com perguntas orientadoras, num primeiro momento, informações gerais sobre a entidade foram obtidas com os diretores roteiro 1 (APENDICE A) e outro roteiro – 2, voltado aos associados, com perguntas direcionadas aos programas de abastecimento (APENDICE B).

O trabalho está dividido em capítulos, sendo o primeiro uma introdução, o segundo trata da contextualização do espaço pesquisado, tendo o cenário geográfico e histórico do ambiente onde se desenvolve a pesquisa, o município de Hulha Negra e a COPTIL situados em seus aspectos principais. Num segundo momento o contexto atual das políticas públicas voltadas à agricultura familiar foram revistas do ponto de vista legal, alguns conceitos importantes para o entendimento do foco pesquisado foram referenciados e caracterizados os programas de abastecimento alimentar PAA e PNAE. Em seguida partiu-se para a análise conjuntural da entidade pesquisada e sua trajetória nos mercados institucionais, nesse momento as entrevistas foram exploradas possibilitando a discussão dos resultados levantados, finalizando com as conclusões sobre as transformações desencadeadas pela inserção da COPTIL nos mercados institucionais.

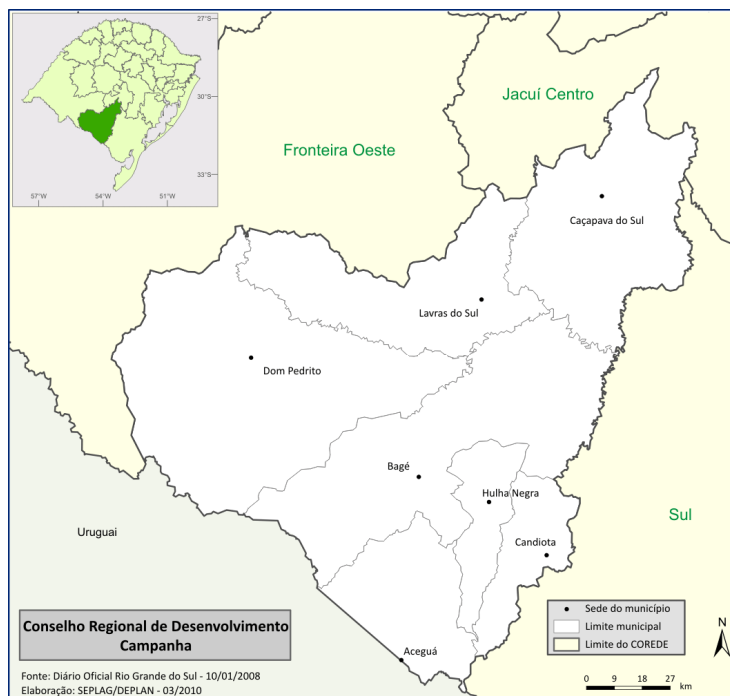
2 CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO DA PESQUISA

Para caracterizar o espaço da pesquisa, o município de Hulha Negra e a COPTIL, torna-se necessário contextualizar questões ambientais, econômicas e culturais que interferem junto público envolvido no desenvolvimento das ações estudadas, este capítulo tem a pretensão de situar o leitor na área geográfica e institucional onde se desenvolvem as ações de abastecimento alimentar voltada aos mercados institucionais.

2.1 O município de Hulha Negra- RS

O município de Hulha Negra-RS, localiza-se na Região abrangida pelo Corede¹ Campanha, que compreende também os municípios de: Aceguá, Bagé, Caçapava do Sul, Candiota, Dom Pedrito, e Lavras do Sul. O Corede Campanha, de acordo com o censo demográfico, apresenta uma população regional que compreende 216.623 habitantes, ocupa uma área de 18.240,9 km² o que representa 6,4% do território do Estado do Rio Grande do Sul (IBGE, 2010), conta com um PIB de R\$ 2.851.273, segundo dados da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do sul (FEE, 2013). Na figura 1 é possível visualizar o mapa dos municípios que compõe o Corede Campanha.

¹ Corede: Conselhos Regionais de Desenvolvimento.



Fonte: SEPLAG/DEPLAN 2010.

Figura 1: Mapa do Corede Região da Campanha

Hulha Negra, ocupa uma área de 822,94 Km² e está situada entre os paralelos 31°15' e 31°50' e os meridianos 51°08' e 53°45' a oeste de Greenwich, o município caracteriza-se pela sua maior extensão no sentido de Norte a Sul. Limitando-se ao leste com o município de Candiota, cuja divisa é o Rio Jaguarão, ao norte/oeste com o município de Bagé e ao sul com Aceguá, dados de acordo com o Relatório Ambiental do Projeto do Assentamento das Palmeiras – Hulha Negra/RS (MDA/INCRA, 2007).

Hulha Negra-RS é cortada pelo Rio Negro, cuja nascente está no próprio município, pelo Arroio dos Vimes que deságua no Rio Jaguarão e Arroio Quebracho que deságua no Rio Negro. Ao norte é banhado pelos Arroios do Banhado Grande e Arroio do Tigre (MDA/INCRA, 2006).

Com relação ao relevo, Hulha Negra-RS caracteriza-se por duas situações distintas, sendo ao norte marcada por uma topografia ondulada com a presença de cerros e formações rochosas, predominando o solo bexigoso (substrato granito); ao sul a presença de uma topografia mais plana com ausência de rochas, solos hidromórficos, ponche verde e Aceguá (substrato silito). Altitude mínima de 116 metros e máxima de 184 metros acima do nível do mar (MDA/INCRA, 2006).

Ainda com dados do Relatório ambiental realizado em 2007, a vegetação caracteriza-se como campestre, cuja tipologia corresponde à Savana e à Estepe, apresentando capões de mato esparsos, onde predomina o agroecossistema dos Solos Negros da campanha. Os principais representantes dos ecossistemas locais são os campos sobre coxilhas suavemente onduladas e onduladas, com afloramentos rochosos em algumas áreas; matas ciliares; arroios; sangas; banhados temporários e pequenos charcos; capões de mato de coxilhas; e áreas antrópicas (MDA/INCRA, 2006)

Observa-se a existência de áreas antropizadas² pelas atividades agropecuárias, sobretudo as áreas campestres e palustres; algumas coxilhas, várzeas e áreas ciliares das linhas de drenagem em meio ao campo encontram-se em franca evolução de campo para floresta, muitas sob a forma de vassourais e chircaís (MDA/INCRA, 2006).

Os dados acima citados são fatores que interferem na produção agropecuária, primeiro elo da cadeia produtiva de abastecimento alimentar, o que vai direcionar a oferta de alimentos para os mercados institucionais.

Quanto à ocupação humana, Hulha Negra apresenta atualmente 6.043 habitantes sendo 2.943 pessoas na área urbana e 3.134 no espaço rural, salienta-se que no ambiente rural a população é composta 1.678 homens 1.456 mulheres (IBGE, 2010).

Hulha Negra apresenta em sua estrutura educacional quatro Escolas na rede municipal de ensino e oito escolas ligada a rede estadual, segundo informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010).

Quanto à produção e aspectos econômicos, Hulha Negra apresenta: na agricultura, arroz, sorgo, soja e o cultivo de produtos hortifrutigranjeiros em menor escala, na pecuária o gado de corte e atividade leiteira predominam. Com relevância aparece no município a produção de sementes de hortaliças e frutas, como uma das atividades de destaque no cenário regional (MDA/INCRA, 2006).

O frigorífico PAMPEANO/MARFRIG/GROUP tem sua localização na área geográfica do município de Hulha Negra, tendo sua produção voltada para o produto carne enlatada com diversos tipos de molho, sendo esta atividade voltada para exportação. Este frigorífico tem grande expressão na economia do município representando 30% da arrecadação municipal (MARFRIG, 2013).

² Antropia: é a ciência que estuda a ação do ser humano sobre o meio ambiente ou a natureza². Também pode ser a ação, o ato ou o resultado da atuação humana sobre a natureza, com intencionalidade de modificação, independentemente do juízo de valor que se lhe (à modificação da natureza) atribua.³ Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Antropia>, acesso em 11/05/2013.

Quanto à forma de produção, o gado de corte é criado no sistema tradicional em regime extensivo que, assim como o gado de leite, apresenta manejo tradicional a pasto “sistema de pastejo contínuo em que o gado fica sobre uma mesma área de pastagem por um período prolongado de tempo não permitindo que as plantas se recuperem após o corte” (SALMAN, 2007), a produção de arroz é de forma irrigada, cultivada pelos agricultores familiares e assentados. Quanto à produção de hortifrutigranjeiros utilizam-se pequenas áreas com cultivos tradicionais, onde destaca-se o aipim, batata doce, milho e a cana de açúcar, estas informações são relevantes no sentido da forma como os agricultores utilizam sua Unidade de Produção Agrícola – UPA, conforme Wagner et. al., (2010).

As paisagens agrárias oferecem informações importantes para o diagnóstico. Observando-as, podem-se colher informações indispensáveis sobre as diversas formas de exploração e de manejo do ambiente e sobre as práticas agrícolas e suas condições ecológicas, além de compreender as razões históricas dessa diversidade (p. 21).

No que se refere à forma de ocupação humana da área estudada, destacam-se os espaços utilizados pelos assentamentos da Reforma Agrária, que ocupam uma área de 20.984 ha do território hulhanegrense, estes dividem-se em 24 Projetos de Assentamentos - PA. Esta ocupação teve seu início em 1989, com a chegada das primeiras famílias para os assentamentos da Conquista da Fronteira, Santa Elmira, Boa Amizade, Nova União I, Nova União II e Missões Alto Uruguai, conforme registros do Relatório Ambiental do Projeto das Palmeiras (MDA/INCRA, 2007).

Nos PA a gestão legal é regida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA em nível federal e pelo Departamento de Desenvolvimento Agrário – DDA, ligado a Secretaria de Desenvolvimento Rural Pesca e Cooperativismo do Estado do Rio Grande do Sul, nos PA estaduais. Esses Projetos estão entre os 325 Assentamentos da União, que efetivou 157 projetos, organizados em 175.401,20 ha, que totaliza 7.874 famílias nos Assentamentos Federais (PA's) e os 136 projetos organizados em 83.865,55 ha que beneficia 4.372 famílias nos Assentamentos realizados pelo Estado do Rio Grande do Sul. Além destes também 1.149 famílias estão assentadas em regime de compartilhamento entre a União e o Estado em uma área 24.585,38 ha, dados do Programa de Qualificação da Infraestrutura Básica e Produtiva dos Assentamentos – Manual Operativo (RS, 2011).

Os dados acima citados importam ao estudo desenvolvido, pela forma como os agricultores percebem o ambiente, tendo em vista que, em sua maioria, são oriundos de outras

regiões demográficas, com características culturais, sociais e econômicas diversas em relação ao ambiente da região da campanha gaúcha.

Segundo Chelott e Pessoa (2006), a região da campanha passa pela reorganização agrária onde a instalação dos Projetos de Assentamentos, “[...] intensificou a presença da produção familiar em áreas de pecuária tradicional, possibilitando uma nova dinâmica no espaço rural do sudoeste gaúcho”.

2.2 A Cooperativa de Produção e Trabalho, Integração Ltda. - COPTIL

A Cooperativa de Produção e Trabalho, Integração Ltda., tem a sede localizada no Assentamento Conquista da Fronteira, cuja distância da área urbana do município de Hulha Negra é de 32 km, este assentamento apresenta uma área de 2.301 ha, com 91 lotes, de aproximadamente 22 ha cada um (PRA, 2010).

O Assentamento Conquista da Fronteira, fundado em junho de 1989, é formado por famílias oriundas de várias regiões do Rio Grande do Sul, como os municípios de Redentora, Rodeio Bonito, Fortaleza dos Valos, Herval Seco, Iraí, Miraguaí, Salto do Jacuí, Barra do Rio Azul, Aratiba, Hulha Negra, Liberato Salzano, Campina das Missões, Nonoai, Erval Grande, Alpestre, Tapejara, Três Passos, Itatiba do Sul. As principais etnias encontradas no PA Conquista da Fronteira são a italiana, alemã e a negra. Nas suas cidades de origem trabalhavam como arrendatários, peões, meeiros, pequenos proprietários rurais, no comércio e pedreiros (PRA, 2010).

De acordo com dados apresentados no Plano de Recuperação dos Assentamentos - PRA, no item aspectos históricos da chegada das famílias, é informado que, antes de serem assentadas as famílias organizavam-se através dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de seus municípios de origem, também em grupos, cooperativas, mutirões, e em seus núcleos familiares. Depois de assentadas se estruturam organizacionalmente através do cooperativismo, grupo de mulheres, grupos religiosos, mutirões, movimentos sociais, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bagé, individualmente e no núcleo familiar (PRA,2010).

A forma de exploração realizada pelas famílias nas áreas (lotes) que estão sob sua posse, e que compõem suas Unidades de Produção Agrícola – UPAs, ambiente já caracterizado no tópico 2.1 possuem especificidades próprias da região da Campanha. Considera-se que as UPAs, fazem parte de um ecossistema, que possui características

ambientais próprias, tornando, dessa forma necessário o respeito a sua conformação ambiental, segundo Verdum e Fontoura (2009): “[...]a natureza tende a ser vista como um conjunto, ela teria dimensões capazes de serem diferenciadas; e teria, nos recortes espaciais (unidades), uma complexidade crescente”.

Contextualizando o ambiente da Região da Campanha, este faz parte do Bioma Pampa, que representa 2,07% da área total no país de acordo com estudo feito pela Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – FAURGS e Embrapa Clima Temperado e Embrapa Pecuária Sul (MMA). Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o conceito de bioma é o seguinte

[...] Bioma é um conjunto de vida (vegetal e animal) constituído pelo agrupamento de tipos de vegetação contíguos e identificáveis em escala regional, com condições geoclimáticas similares e história compartilhada de mudanças, o que resulta em uma diversidade biológica própria [...] (SNIF, 2013).

Essa conceituação sobre o bioma predominante na região geográfica onde acontece a produção dos alimentos que compõem a cadeia produtiva do abastecimento alimentar é relevante, para o tema pesquisado, sob o aspecto da cultura alimentar que se apresenta na Região da Campanha, que determina a demanda pelos itens solicitados pelo mercado institucional local. De acordo com Waquil et al. (2010).

[...] Por ser uma atividade realizada entre a produção e o mercado consumidor, a comercialização cumpre a função de proporcionar a adequação da produção (oferta dos produtos agrícolas) às preferências e necessidades dos consumidores (demanda dos produtos agrícolas), constituindo dessa forma um dos componentes da estratégia de *marketing* dos produtos agrícolas. A atividade denominada comercialização agrícola estabelece, pois, a relação entre o setor produtivo e o consumidor final.

Seguindo nessa linha de raciocínio, conforme citado por Wagner et al. (2010) na conceituação teórica da Unidade de Produção Agrícola – UPA “[...] a UPA pode ser definida como sendo o “objeto” resultante da interação do sistema social com o sistema natural” Essa conceituação determina a importância do ambiente, para o desenvolvimento das atividades ligadas ao desenvolvimento das cadeias produtivas locais.

A forma como se desenvolve a ocupação do ambiente natural por um determinado grupo de agricultores e a necessidade de consolidar um modo de vida em um local diverso daquele em que formaram seus conceitos básicos de produção agrícola é fator determinante para o desenvolvimento local, conforme expressa Wagner (2010): “[...] a produção e a

conseqüente geração de renda estão associadas a características culturais de determinado grupo e as condições ambientais do espaço onde ele vive, trabalha e se reproduz.”

Algumas famílias integrantes do Projeto do Assentamento Conquista da Fronteira, chegando aos lotes onde formaram suas unidades de produção agrícola, depararam-se com um ambiente diferente do qual estavam acostumados. Desta maneira optaram pelo cooperativismo como norma de organização social e de produção, para Gehlen e Mocelin (2009):

A cooperativa, enquanto forma de organização socioeconômica de administração autogestionada, busca trazer soluções para geração de empregos e a redistribuição de renda. Esses grupos sociais oferecem alternativas econômicas para as famílias envolvidas, como também propiciam espaço de relacionamento social.

O Sistema Cooperativo, regido pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 (BRASIL, 1971), no Capítulo XII que regula o Sistema Operacional das Cooperativas, na Seção I, define ato cooperativo onde diz “Denominam-se atos cooperativos os praticados entre as cooperativas e seus associados, entre estes e aquelas e pelas cooperativas entre si quando associados, para a consecução dos objetivos sociais” e sobre o objetivo e classificação das Sociedades Cooperativas, no Capítulo III em seu Art. 5º a Lei refere que “As sociedades cooperativas poderão adotar por objeto qualquer gênero de serviço, operação ou atividade, assegurando-se-lhes o direito exclusivo e exigindo-se-lhes a obrigação do uso da expressão "cooperativa" em sua denominação.”

Sobre as cooperativas de produção agropecuária, Borges (2009) define que:

O cooperativismo adotado foi consolidado pelas Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs), consideradas formas superiores de organização do trabalho e meio necessário para a coletivização e transição socialista. Essa concepção foi construída pelo Movimento e colocada aos assentamentos ligados a ele. A cooperativa (CPA) foi a principal forma que o MST materializou sua concepção de trabalho coletivo e organização da produção.

Nesse contexto, cria-se no ano de 1989, a COPTIL, formando um quadro social de quarenta famílias abrangendo cerca de cem pessoas. Com a chegada ao município de Hulha Negra-RS os agricultores depararam-se com uma realidade diversa daquela a que estavam acostumados.

O PA Conquista da Fronteira não ofereceu infraestrutura básica para as famílias assentadas, apenas a área do lote, na oportunidade algumas famílias trouxeram seus bens: tratores, utensílios, equipamentos. Com a formação da Cooperativa o grupo decidiu tornar coletivo tudo o que possuía, sendo então estruturada uma agrovila, o que possibilitou

aumentar a área útil de produção, as casas foram aos poucos sendo construídas uma ao lado da outra (CAPELESSO, 2012).

Os cooperados estruturaram-se em forma de grupos de trabalho por afinidade, desenvolveram plantio de grãos, criação de pequenos animais, organizaram a produção de hortifrutigranjeiros, algumas famílias dedicaram-se ao gado de leite. Uma das dificuldades que existia na época da formação da COPTIL era a ausência de infraestrutura básica, como estradas, conseqüentemente transporte público, assistência médica e comércio, tanto para adquirir os gêneros necessários à subsistência, como para vender sua produção (CAPELESSO, 2012).

Dessa forma os primeiros integrantes da Cooperativa, organizavam-se com os recursos que haviam trazido de suas cidades natais, a logística de escoamento da produção era feita com os tratores dos agricultores até a estrada principal, onde um caminhão levava a produção até os centros consumidores, o grupo organizou uma feira livre, que ocorria no município de Bagé, também começou a produzir grãos, mas uma enchente no segundo ano após o assentamento estar formado, promoveu a perda de setenta por cento da safra. As secas constantes, o clima e as características diferenciadas do solo foram fatores importantes na adaptação dos novos agricultores à região da Campanha (CAPELESSO, 2012).

Historicamente a COPTIL chegou a estruturar-se com serviços de saúde e fornecimento de alimentação (refeitório) e supermercado com preços subsidiados para seu quadro social, ocorre que em determinado momento, os custos excederam as receitas e a estrutura social do grupo exigia mais recursos do que o trabalho oferecia em produtos para comercialização. Na oportunidade, em assembléia geral, foi decidido que a forma coletiva de trabalho seria revista e os bens, até então compartilhados por todo quadro social, foi dividido pelos sócios (CAPELESSO, 2012).

A Cooperativa permaneceu com o supermercado sediado na sede do município de Hulha Negra-RS e buscou maneiras de reestruturar-se, experiências novas foram implementadas, entre elas cita-se: produção de sementes olerícolas, aviário, implantação de viveiro para produção de mudas nativas, entre outros projetos.

Destaca-se na trajetória de iniciativas que a COPTIL implementou, o Frigorífico COPCARNES, empreendimento que foi estruturado em parceria com outra Cooperativa local a Cooperativa Regional dos Agricultores Assentados Ltda - COPERAL, num primeiro momento essa estrutura foi idealizada para prestar serviços aos agricultores familiares locais, com o objetivo de abastecer o mercado local, estruturado para o abate de bovinos, suínos e

ovinos, a planta do referido estabelecimento segue as definições sanitárias para a comercialização em todo o Estado do Rio Grande do Sul, sendo a fiscalização do frigorífico a nível da Coordenadoria de Inspeção de Produtos de Origem Animal – CISPOA (CAPELESSO,2012)

Em virtude da discussão regional sobre alternativas de produção e a necessidade de diversificação da economia, a COPTIL iniciou ainda em 2004, o debate sobre diversificação de suas atividades produtivas, aproveitando o potencial para a piscicultura, a produção de mudas de árvores nativas, frutíferas e exóticas, objetivando a diversificação de produção nos lotes de seu quadro social (CAPELESSO, 2012)

Em 2005, a COPTIL instalou, em parceria com a Prefeitura Municipal de Hulha Negra, um viveiro para produção de mudas exóticas e nativas, atendendo principalmente a demanda por acácisa e eucaliptos, com vistas à auto-suficiência energética de lenha e de madeira dos assentados, base social da cooperativa (CAPELESSO, 2012).

Em 2008, a COPTIL iniciou negociações com a Eletrosul – Centrais Elétricas e instalou um centro comunitário de produção, para processamento artesanal da cana-de-açúcar e seus derivados: melado, açúcar mascavo, cachaça e álcool, de forma experimental e com vistas à produção de energia e alimentos, com a estratégia de potencializar o auto sustento das famílias assentadas da região e gerar conhecimentos buscando a diversificação de seus sistemas de produção. Essa estrutura atualmente encontra-se desativada (CAPELESSO, 2012).

Dando seguimento ao trabalho de diversificação dos sistemas de produção e comercialização, em parceria com a Associação de Cooperação Agrícola – ASTECA, em 2008, a COPTIL iniciou a negociação com a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, para implantar na região, o PAA. Em virtude da baixa diversidade existente na produção dos itens trabalhados nos editais e a falta de infra-estrutura adaptada para realizar o processamento destes produtos na região, a COPTIL desenvolveu uma parceria em nível estadual com a Cooperativa de Produção e Comercialização Camponesa do Rio Grande do Sul – CPC-RS, cooperativa ligada ao Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA, para efetivar o processo de produção e comercialização de alimentos. A partir disso, em 2010 iniciou o processo de abastecimento alimentar com a entrega de 150 cestas básicas de alimentos às famílias carentes dos municípios de Hulha Negra-RS e Bagé-RS, bem como de alimentos para 150 alunos do Instituto Franciscano – ICASFRA em Bagé-RS (CAPELESSO, 2012).

Em 2010 em parceria com Instituto Cultural Padre Josimo, instituição religiosa que atua nos assentamentos e possui sede na Conquista da Fronteira e Oeste Bio de Santa Catarina (cooperativa ligada ao MPA), a COPTIL produziu e comercializou 20 toneladas de sementes de milho crioulo, sendo que 10 toneladas de sementes foram distribuídas pelo Instituto Cultural padre Josimo nos Assentamentos de Hulha Negra, Candiota e Aceguá, em parceria com a CONAB, este projeto faz parte do PAA na modalidade compra de sementes, esta forma de aquisição de produtos da agricultura familiar envolve várias instâncias da esfera governamental, como pode ser visualizada no portal virtual do governo de Minas Gerais (2013):

[...] A iniciativa, associada à inclusão produtiva rural do Plano Brasil Sem Miséria, envolve o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), por meio da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

Na modalidade de aquisição de sementes crioulas a COPTIL atingiu em 2012 a comercialização de 65 toneladas de sementes de milho crioulo, e encontra-se em fase inicial a produção de sementes de forrageiras, visando o fomento à produção de leite entre os associados e demais clientes da Cooperativa (CAPELESSO, 2012).

Atualmente através do PAA a Cooperativa produz e entrega para a CONAB na modalidade doação simultânea, 500 cestas de alimentos, composto por mandioca, beterraba, pêsego, moranga, batata doce, cebola, cenoura, feijão arroz branco tipo 1, feijão preto tipo 1, farinha de trigo tipo 1 (CAPELESSO, 2012).

A COPTIL esta inserida no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, onde entrega alimentos através de chamadas públicas para 78 escolas da rede municipal de ensino de Hulha Negra, Candiota, Aceguá e Bagé, além de atender escolas da rede estadual de ensino. Nesta modalidade os produtos ofertados pela Cooperativa são o arroz, feijão e farinha de trigo (CAPELESSO, 2012).

3 AGRICULTURA FAMILIAR E POLÍTICAS PÚBLICAS

Este capítulo pretende elencar aspectos, que contextualizam a realidade pela qual passa a agricultura familiar no Brasil e no Rio Grande do Sul, cenário para as políticas públicas de abastecimento institucional, serão abordados aspectos sobre a construção do marco legal que abrange a rede de legislações que formou-se a partir do Programa Fome Zero, onde os Programas de Aquisição de Alimentos – PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE estão inseridos.

3.1 Políticas públicas para a agricultura familiar

A agricultura familiar no Brasil, representa cerca de 84,4% da totalidade dos estabelecimentos agrícolas do país, ocupando porém, menos de 25% do total da área destinada a agricultura. O Rio Grande do Sul ocupa o terceiro lugar em número de estabelecimentos agrícolas, enquadrados no critério legal de estabelecimentos familiares, com 8,7% do total dos estabelecimentos familiares brasileiros, chegando ao número de 4,3 milhões de unidades familiares de produção (GRANDO, 2012).

Hulha Negra apresenta 926 estabelecimentos rurais que apresentam uma área geográfica na faixa de 0 a 50 ha, segundo dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2006).

Como critério para a definição de agricultura familiar busca-se à legislação, na qual o termo agricultor familiar, é regulamentado pela Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 (BRASIL, 2006a), na referida legislação esta expresso que, configura-se como agricultor familiar, aquele empreendedor rural que detenha área de no máximo quatro módulos fiscais³, onde um percentual mínimo da renda da família seja gerada nas atividades nela desenvolvidas e a gestão da propriedade permaneça em poder da família.

Entretanto, os limites afixados na legislação sobre quem são os agricultores considerados como familiares não se esgota no referido marco legal, Conterato, Schneider, e Waquil (2010), explanam sobre a dificuldade de utilização de um conceito linear para a agricultura familiar, tendo em vista que os agricultores estão interligados com o contexto onde se inserem e com as interfaces produtivas e comerciais nas quais se vinculam. Um elemento a mais compõe o cenário já exposto, no que se refere á análise do abastecimento alimentar dos

³ O **módulo fiscal** é uma medida em hectares definida por cada município - este define-se de acordo com o tipo de exploração predominante no município, a renda obtida no tipo de exploração predominante e outras atividades predominantes no local – Lei 6.746, de 1979. No Rio Grande do Sul pode atingir até 160 ha.

mercados institucionais pela COPTIL, a presença da Reforma Agrária na área geográfica em foco, de acordo com a Constituição Brasileira 1988 – artigo 184, os latifúndios improdutivos podem ser desapropriados para finalidades públicas e interesses sociais. Os agricultores que vivem nessas áreas apresentam condições diferenciadas em seu cotidiano, devido a condição de não serem os proprietários das áreas em que residem e da qual retiram seu sustento segundo a Constituição Federal Brasileira em seus artigos 188 e 189:

[...] Art. 188. A destinação de terras públicas e devolutas será compatibilizada com a política agrícola e com o plano nacional de reforma agrária.

§ 1º - A alienação ou a concessão, a qualquer título, de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares a pessoa física ou jurídica, ainda que por interposta pessoa, dependerá de prévia aprovação do Congresso Nacional.

§ 2º - Excetuam-se do disposto no parágrafo anterior as alienações ou as concessões de terras públicas para fins de reforma agrária.

Art. 189. Os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de **uso**, inegociáveis pelo prazo de dez anos.

Parágrafo único. O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil, nos termos e condições previstos em lei (BRASIL, 1988).

Visualizando as definições contidas na legislação sobre o conceito de agricultor familiar e o papel destes nas questões agrárias como “assentados”, é possível perceber que um critério de enquadramento legal, não desqualifica o outro, apenas o destaca com relação à posse da terra e as formas como esta pode ser utilizada.

As políticas públicas voltadas ao abastecimento alimentar, em especial o PAA e o PNAE, vem ao encontro do público elencado nos parágrafos anteriores, onde os agricultores familiares assentados são beneficiários das ferramentas de mercado disponibilizadas para o fomento à agricultura familiar, conforme será caracterizado nos próximos itens.

A mobilização social contra a Fome, que teve como motivador o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho líder do movimento Ação da Cidadania, no ano de 1993, agiu como impulsionadora do Programa Fome Zero. Este Programa do Governo Federal apresenta como conceito norteador:

O FOME ZERO é uma estratégia impulsionada pelo governo federal para assegurar o direito humano à alimentação adequada às pessoas com dificuldades de acesso aos alimentos. Tal estratégia se insere na promoção da segurança alimentar e nutricional buscando a inclusão social e a conquista da cidadania da população mais vulnerável à fome (BRASIL, 2006).

Este programa tem sua estruturação a partir de quatro eixos estratégicos visando a articulação do acesso aos alimentos, fortalecimento da agricultura familiar, geração de renda e articulação, mobilização e controle social (BRASIL, 2013).

Como marco legal desta ação foi criado o SISAN - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Lei 11.346 de 15 de setembro de 2006 (BRASIL, 2006), que em seu artigo 1º estabelece as definições... “por meio do qual o poder público, com a participação da sociedade civil organizada, formulará e implementará políticas, planos, programas e ações com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada”. Com esta abrangência o SISAN possibilitou a construção das políticas de abastecimento alimentar que estão em diferentes estágios de implementação no Brasil (BRASIL, 2006).

O Brasil estruturou um conjunto de políticas públicas que possuem ligações entre si e estabelecem vínculos comuns com relação a públicos especiais (agricultores familiares, assentados, quilombolas, etc.) e suas formas organizativas, dentre estas legislações que se interligam, cita-se o PAA e o PNAE.

Os programas de abastecimento alimentar, em especial o PAA e o PNAE, surgem como ferramentas de apoio para o fomento a cadeia produtiva ligada a agricultura familiar, nos próximos itens serão caracterizadas essas legislações, quanto a sua natureza legal e aplicabilidade na comercialização da produção oriunda da agricultura familiar.

3.1.1 O Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

Uma das políticas instituídas com vistas ao enfrentamento das desigualdades na cadeia agroalimentar brasileira, integrante do segundo eixo estratégico do Programa Fome Zero, e que atua através do fortalecimento da agricultura familiar é o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, instituído no artigo 19 da Lei 10.696 de julho de 2003 (BRASIL, 2003) e regulamentado pela Lei nº 11.512/2011 (BRASIL, 2011) tendo como finalidades:

- I. incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento, à industrialização de alimentos e à geração de renda;
- II. incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar;
- III. promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável;
- IV. promover o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos, inclusive para prover a alimentação escolar nos âmbitos municipal, estadual, distrital e federal, e nas áreas abrangidas por consórcios públicos;

- V. constituir estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares;
- VI. apoiar a formação de estoques pelas cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar;
- VII. fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização;
- VIII. promover e valorizar a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos, e incentivar hábitos alimentares saudáveis em nível local e regional; e
- IX. estimular o cooperativismo e o associativismo (BRASIL, 2011).

Observa-se que, nas finalidades do Programa de Aquisição de Alimentos, existe o aspecto da integração necessária entre o Cooperativismo, o abastecimento alimentar com produção oriunda da agricultura familiar e o fomento à produção orgânica, bem como, do processamento de alimentos (BRASIL, 2011).

O PAA tem sua operacionalização implementada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), tendo suas diretrizes definidas por um Grupo Gestor coordenado pelo MDS e composto por mais cinco Ministérios (BRASIL, 2011).

Percebe-se a importância da multifuncionalidade dessa iniciativa, com a integração de instâncias diversas que visam atender as necessidades, tanto de operacionalização do PAA, como de possíveis correções de rumo, que venham a ser necessárias no decorrer de sua implementação e funcionamento.

Waquil et al.(2010) refere sobre o conceito de mercados agrícolas: “[...] Trata-se de um conceito amplo, em que se atribui a essa atividade a função de transferir os produtos ao consumidor final, considerando a influência de todas as atividades nesse processo [...]”, com essa visão o PAA, tem sido um canal para a convergência de ações e inclusão de produtos oriundos da produção da pequena agricultura, que de outra maneira ficariam a margem do mercado.

A COPTIL opera com as modalidades do PAA atendendo o disposto nas Resoluções nº 8 de dezembro de 2003 (MDA, 2003) aquisição de sementes produzidas pela agricultura familiar, Resolução nº 20 (MDA, 2006), que tratam sobre a aquisição de alimentos para a formação de estoques pela agricultura familiar, Resolução nº 30 de 7 de agosto de 2008 (MDA, 2008), Resoluções disponíveis no Portal do Ministério do Desenvolvimento Agrário, dispõe sobre a aquisição de alimentos para a alimentação escolar via PAA (CONAB, 2013).

3.1.2 O PNAE

A alimentação escolar, nos dias atuais apresenta uma estruturação que possibilita o acesso de agricultores familiares no fornecimento dos produtos que serão utilizados como alimentos nas escolas, através de chamadas públicas. Antes da nova configuração legal, sua operacionalização consistia em licitações públicas, de difícil acesso para os pequenos empreendedores rurais, o que impactava sobremaneira na forma como as crianças se alimentavam, sem levar em consideração a origem local dos itens que as empresas vencedoras do processo licitatório disponibilizariam para o complexo educacional, além do fato de valorizar empresas que, geralmente adquiriam os produtos de outros, executando simples ações intermediárias.

Nesse contexto surge a nova configuração do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, como ação de transferência de renda, alimentação, nutrição e acesso à informação. O PNAE, faz parte do primeiro eixo estratégico de articulação do Programa Fome Zero, instituído pela Lei 11.947/2009 (BRASIL, 2009a) essa política entende por alimentação escolar, todo alimento oferecido no ambiente escolar, independente de sua origem, durante o período letivo, conforme expresso em seu Art. 1º, sendo a responsabilidade operacional pela alimentação escolar exercida pelo Ministério de Educação, através da destinação de recursos por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, esta legislação tem como marco regulatório inicial a Resolução nº 38 de 16 de julho de 2009 (BRASIL, 2009), considerando a importância da intersetorialidade e reconhecendo a necessidade de ações articuladas entre educação, saúde, agricultura, sociedade civil, ação social, entre outros, a referida Resolução 38/2009 expressa em suas diretrizes conforme redação do Art. 3º o seguinte:

- I. o emprego da alimentação saudável e adequada, que compreende o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a faixa etária, o sexo, a atividade física e o estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica;
- II. a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional;
- III. a descentralização das ações e articulações, em regime de colaboração, entre as esferas de governo;
- IV. o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendimentos familiares,

priorizando as comunidades tradicionais indígenas e remanescentes de quilombos (BRASIL, 2009b).

Com as diretrizes da Resolução 38/2009 (BRASIL, 2009b) ressalta-se a importância de um trabalho multidisciplinar para o atendimento às necessidades de combate a miséria e o enfrentamento das desigualdades existentes no fluxo que conduz a segurança alimentar e nutricional em seus variados âmbitos, desde a produção ao consumo final, neste caso, com alimentos seguros e adequados a realidade alimentar local dos estudantes das redes públicas de ensino.

A Lei 11.947/2009 em seu Art. 14º expressa que:

[...] do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30%(trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas[...] (BRASIL, 2009a).

Neste sentido a COPTIL, sendo uma organização que representa um grupo de assentados, tem a competência necessária para operacionalizar o fluxo de atendimento ao PNAE na Região da Campanha do Rio Grande do Sul.

4 METODOLOGIA

O trabalho foi realizado através de uma pesquisa exploratória quanto aos objetivos e estudo de caso, quanto ao procedimento.

A pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, objetivando torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses, na sua maioria envolve levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado, e análise de exemplos que estimulem a compreensão (GIL, 2007).

O estudo de caso é uma modalidade de pesquisa amplamente usada nas ciências biomédicas e sociais (GIL, 2007):

Um estudo de caso pode ser caracterizado como um estudo de uma entidade bem definida como um programa, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma instituição, um sistema educativo, ou uma unidade pessoal. Visa conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico.

Os dados foram coletados envolvendo levantamento bibliográfico, entrevistas com informantes chaves e entrevista por amostra percentual da totalidade do quadro social da COPTIL.

As entrevistas semi estruturadas seguiram dois roteiros pré estabelecidos, o primeiro roteiro (APENDICE A) foi direcionado aos Dirigentes da Cooperativa, sendo designados pela Presidência do grupo, dois membros da Diretoria para acompanhar os trabalhos da pesquisa, sendo um deles o Vice-Presidente e outro o Coordenador dos Programas de abastecimento alimentar, para preservar a identidade dos entrevistados serão utilizadas as abreviaturas D01 para o Vice Presidente e D02 para o Coordenador dos Programas, estas entrevistas foram aprofundadas e questionamentos necessários durante o decorrer da pesquisa foram realizados, sendo estes dois entrevistados considerados para o desenvolvimento da pesquisa como informantes chaves.

As entrevistas semi estruturadas utilizando o outro roteiro (APENDICE B) buscou informações junto aos cooperados, num total de dez por cento do quadro social da Cooperativa, o que totalizou onze entrevistas, este número justifica-se pelo objetivo exploratório da pesquisa e a necessidade de compreender como o grupo visualiza as questões voltadas ao mercado institucional, não foi objetivo do trabalho de campo, esgotar todas as

questões referentes aos Programas de abastecimento alimentar com as entrevistas, sendo que, para auxiliar no estudo, foram utilizados documentos internos da Cooperativa, documentos dos agentes de ATEs, responsáveis pela assistência técnica aos assentamentos, informações foram solicitadas à Prefeitura Municipal de Hulha Negra, bibliografias correlatas, material virtual acessado junto à rede mundial de computadores e legislações pertinentes ao tema.

Como forma de apresentação das entrevistas realizadas a campo com os cooperados do quadro social da COPTIL, utilizou-se a ferramenta de análise SWOT, cujo termo é uma sigla formada por palavras oriundas da língua inglesa, onde strengths (forças), weaknesses (fraquezas), opportunities (oportunidades) e threats (ameaças), nesta pesquisa será utilizada a palavra FOFA em português, para designar esta metodologia, segundo Schultz et al. (2011), “[...] para se proceder a avaliação institucional de uma empresa ou de um conjunto de empresas (cadeia produtiva) é necessário utilizar ferramentas que possibilitem a percepção de suas características internas e de seu ambiente externo”, para a pesquisa realizada montou-se o quadro com as colocações levantadas nas entrevistas com os cooperados, juntando-se as falas dos informantes-chaves, ao lado dos itens que compuseram cada quadro, foi explicitado para conhecimento do leitor, o número de vezes que o item foi mencionado nas entrevistas, formando dessa maneira um *ranking*⁴ priorizando por ordem de repetição as observações realizadas pelos entrevistados.

⁴ Ranking – posição, colocação. Disponível em: < <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ranking> >. Acesso em: 2013.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A COPTIL conforme contextualizado no capítulo 3, formou-se a partir da organização das famílias assentadas que, num primeiro momento optaram por trabalhar de forma coletiva, no momento em que o grupo chegou à Região da Campanha, enfrentou dificuldades de adaptação ao meio ambiente local, o que fica expresso no relato do informante, aqui identificado como D01, onde diz:

[...] Quando chegamos, não havia casas, nem estradas, não tínhamos recursos e, algumas famílias que possuíam bens próprios, ajudaram as outras para sua instalação inicial, o transporte para a cidade era feito com tratores velhos, não tínhamos atendimento médico, essa situação gerou muita revolta entre as famílias... (INFORMANTE CHAVE D01).

No sentido de buscarem uma forma mais rápida para sobreviver, os cooperados utilizaram as práticas agrícolas e de criação que lhes eram familiares, com essas tentativas foi possível observar que a maneira de produzir e se relacionar com o ambiente natural deveria ser diferente no assentamento. O grupo utilizou sua cultura de origem em um ambiente diverso ao qual estavam acostumados, nas tentativas de produzir, foram realizadas diversas experiências entre os cooperados, a aplicação de recursos públicos na implementação do Frigorífico COOPCARNES em parceria com a COPERAL foi uma delas, sobre o fato o informante D01 relata,

[...] Estávamos buscando opções para a Cooperativa e esta nos pareceu uma grande oportunidade, pois os recursos eram a fundo perdido, não teríamos que pagar, mas, a relação entre as duas cooperativas, que possuem ideais diferenciados não resultou num processo fácil, hoje em dia estamos buscando alternativas para reabrir o frigorífico... (INFORMANTE CHAVE D01).

Com o advento das políticas ligadas ao Programa Fome Zero, a Cooperativa que possui vínculo com o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, ficou ciente, em reunião do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, que poderia operacionalizar projetos de compra direta, dentro da proposta do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, sendo que, no ano de 2010, em conjunto com outra Cooperativa, fato já citado no capítulo 3, viabilizou-se o primeiro edital para entrega de alimentos, na modalidade de doação simultânea, segundo o informante D02 a situação, num primeiro momento, foi de apreensão, pois constatou-se que entre os cooperados a produção de hortifrutigranjeiros não abasteceria a diversidade de itens exigidos no Programa de abastecimento alimentar, sobre isso comenta o informante D02

[...] A gente não tinha a produção suficiente para todos os produtos, então resolvemos fazer uma parceria com a CPC, e conseguir entregar para a Conab, fomos buscando meios para nos organizarmos e então passamos a realizar o projeto sozinhos (INFORMANTE CHAVE D02).

Após a reunião em que houve a divulgação das políticas de abastecimento, foi realizado pelo MST, sensibilização para que as cooperativas aderissem à comercialização pelo canal dos mercados institucionais. Em assembléia os cooperados do quadro social da COPTIL decidiram que era de interesse do grupo, mobilizar mais sócios, a estratégia utilizada foi visitar agricultores que produzissem os itens que faziam parte da cesta básica, houve uma reaproximação da entidade com seus cooperados antigos e o efetivo aumento no número de associados à Cooperativa, no relato do informante Chave D02, Fica evidenciado o aumento constante de sócios que aderiram a Cooperativa a partir da entrada desta nos Programas de abastecimento alimentar, segundo o Informante Chave D02

[...] Estávamos com vinte sócios em 2009, com a entrada da COPTIL na venda para o PAA, tivemos 19 adesões, que aumentaram em 2011 para 36 e em 2012 foram 23 pessoas que vieram cooperar conosco. Essas pessoas estão confiantes que daqui para frente sempre estarão entregando algum produto para os programas (INFORMANTE CHAVE D02).

Atualmente a Cooperativa está atendendo 500 famílias de cidades da Região da Campanha, onde entregam segundo o Informante Chave D01, alimentos que compõem a cesta básica definida pela Conab, em sua fala declara, a forma como desenvolve-se o fluxo de entregas encontra-se descrito em reportagem do Jornal Minuano, onde foi divulgada a ação realizada pela Cooperativa (ANEXOS 3 e 4)

Foi relatado pelos Informantes Chave D01 e D02 sobre os investimentos que a Cooperativa vem realizando para tornar sua cadeia produtiva completa, entre essas ações, estão planejados a implementação de uma agroindústria de processamento mínimo de vegetais, uma agroindústria de panificados e uma agroindústria de sucos. Estas instalações estão planejadas para implantação física na sede da Cooperativa no Assentamento Conquista da Fronteira, destes projetos, a agroindústria de processamento mínimo de vegetais (ANEXO 5), já está com recursos garantidos através de compensação ambiental que a Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - Eletrobrás – CGTEE, sediada em Candiota-RS, destina para aplicação em projetos que promovam o desenvolvimento local. Com este empreendimento a COPTIL, pretende concluir a cadeia produtiva de vegetais e utilizar os produtos processados para expandir sua rede de entregas nos Programas de abastecimento

PAA e PNAE, essa comercialização vai ser possível devido ao aumento do prazo de validade dos produtos processados em relação aos vegetais in natura, sobre o exposto relata o Informante Chave D02

[...] A COPTIL não consegue entregar as verduras para os programas, porque no tempo que é gasto entre a busca do produto na propriedade e a entrega nas escolas e entidades beneficentes, as verduras murçam e algumas vezes ficam mofadas, devido ao fato dos agricultores entregarem em sacos, com a agroindústria os produtos serão congelados e vão durar bem mais, poderemos entregar em Bagé e buscar outros mercados como Livramento, por exemplo (INFORMANTE CHAVE D02).

Outros investimentos estão sendo implementados pela Cooperativa, no sentido de instrumentalizar-se para a comercialização via mercados institucionais, destes cita-se a aquisição de um caminhão com baú, equipado com câmara fria, este veículo faz parte do planejamento logístico que está sendo feito no sentido de estruturar-se para expandir a participação da COPTIL nessa modalidade de comercialização. Sobre o fato relata o informante Chave D01.

[...] Estamos com um recurso empenhado, a dois anos, através de emenda parlamentar para a compra de um caminhão, neste ano a verba já está disponível, e até o final de 2013, estaremos com o veículo a disposição, a tempo de viabilizar a logística de escoamento de produção da agroindústria que estamos implementando (INFORMANTE CHAVE D01).

Uma das ações que a COPTIL realiza para conseguir beneficiar sua produção de grãos é buscar a terceirização dos serviços em outros municípios, para o arroz produzido nos assentamentos, a seleção e embalagem é realizada em engenho de Bagé, já o trigo vai para São Sepé, onde é transformado em farinha, e o feijão é selecionado e ensacado em Pelotas. Devido a esse fluxo, a entrega das cestas básicas encarece, a Diretoria da Cooperativa, está buscando junto a órgãos financiadores, em parceria com a Prefeitura de Candiota, uma estrutura para armazenamento de grãos, essa condição de armazenagem tende a permitir uma negociação mais eficaz junto aos estabelecimentos que adquirem os produtos, sobre esse aspecto o informante Chave D01 observa:

[...] Estamos em parceria com a Emater de Hulha Negra trabalhando para fomentar a produção de trigo, para que na próxima safra, seja possível aumentar a produção de farinha, temos mercado para toda produção que conseguirmos, tanto de farinha, como arroz e feijão. Com a capacidade de armazenagem em poder da cooperativa, poderemos buscar a produção e negociar com os beneficiadores e com o mercado pelo melhor preço, da forma como estamos trabalhando, quando a produção chega já precisamos beneficiar e entregar ao mercado, acabamos vendendo pelo preço do

momento, e agora já temos encomendas do arroz da COPTIL, nossa marca própria está ficando conhecida, estamos trabalhando para fixar cada vez mais o nome dos produtos dos assentamentos no mercado local (INFORMANTE CHAVE 01).

5.1 Apresentação das entrevistas com os cooperados

Os números que estão colocados ao lado de cada item levantado referem-se à quantidade de entrevistados que elencou essa informação nos questionários.

Quadro 1: Apresentação e análise FOFA sobre a participação da COPTIL nos programas de abastecimento alimentar – PAA e PNAE

ANÁLISE FOFA: A PARTICIPAÇÃO DA COPTIL NOS PROGRAMAS DE ABASTECIMENTO ALIMENTAR – PAA /PNAE		
	1. Fortes	2. Fracos
Fatores internos	1.1 Cultura de produção (11) 1.2 Organização /Cooperativa (11) 1.3 expectativas favoráveis por parte dos sócios em produzir mais (11) 1.4 Logística (11) 1.5 Público preferencial em relação às políticas (09) 1.6 Implementação de infraestrutura na COPTIL (06) 1.7 Implantação de agroindústria de processamento de vegetais (7) 1.8 Aumento do número associados (5) 1.9 Recursos destinados à Cooperativa (2)	2.1 Clima (seca/frio/enchentes) (11) 2.2 Infra estrutura nas propriedades (11) 2.3 Desorganização da produção (09) 2.2 Sazonalidade de produção (07) 2.3 Endividamento dos agricultores (07) 2.4 Desorganização entre os produtores (individualismo) (06) 2.5 Falta de fomento da cooperativa a produção dos sócios (5)
Fatores externos	3. Oportunidades 3.1 Áreas de assentamentos da reforma agrária (11) 3.2 Organização de mercado /avanços em outras políticas de abastecimento (08) 3.3 Preços e subsídios governamentais (5) 3.4 Mercado convencional (5) 3.5 Entidades de apoio ao setor rural – Emater/IRGA/INCRA,etc (4) 3.6 Marca própria (4)	4. Ameaças 4.1 Burocracia no fluxo dos processos (11) 4.2 Infra estrutura das comunidades (estradas, cisternas, açudes,etc) (09) 4.3 Falta de comunicação entre as Entidades (08) 4.4 Mercado convencional (5) 4.5 Avanço da cultura da soja (5)

Fonte: Elaborada pela autora da pesquisa.

Ao serem questionados sobre os pontos fortes da COPTIL em relação a operacionalização dos Programas de abastecimento alimentar e a importância destes para o quadro social, 100% dos entrevistados (cooperados) consideraram a forma de organização cooperativada importante para o desenvolvimento da comercialização nos mercados institucionais, sendo que a totalidade dos entrevistados considerou ter expectativas favoráveis quanto ao aumento produção para esses mercados, ressaltando a cultura de produção como um aspecto relevante para o sucesso dessa ferramenta comercial, foi abordado o fato da COPTIL buscar a produção na propriedade, a logística utilizada, como um fator decisivo para todos os entrevistados (cooperados). Além das questões prioritárias foram citados aspectos referentes ao cooperativismo ser um dos componentes relevantes para a operacionalização das políticas de mercado, o fato da Cooperativa estar estruturando-se para agroindustrializar a produção foi levantada por 7 dos 11 entrevistados (cooperados), o aumento do quadro social da entidade trás expectativas positivas junto aos cooperados, também o fato de existir um cenário de crédito favorável para o cooperativismo.

Quando questionados sobre quais as fraquezas que poderiam afetar a comercialização de produtos pelos Programas de abastecimento alimentar os cooperados evidenciaram em 100% das entrevistas o clima da região como fator importante no processo, bem como a infraestrutura de produção nas propriedades, como limitante ao sucesso da comercialização institucional. Foram comentados nas entrevistas, pelos cooperados, outros aspectos como: a desorganização da produção, a sazonalidade dos produtos, devido às questões climáticas e a cultura individualista da maioria dos cooperados, foram elencados algumas necessidades urgentes para o desenvolvimento da produção e conseqüente aumento da matéria prima para a comercialização local, as principais são a organização da produção e um maior suporte de fomento agrícola por parte da cooperativa em relação aos seus sócios.

Como oportunidades foram ressaltadas as questões voltadas para a organização do mercado e avanços para outras formas de comercialização, surgindo nesse momento a perspectiva por parte de cinco entrevistados da entrada mais acentuada da Cooperativa nos mercados formais, como impacto das políticas de abastecimento alimentar que estão sendo operacionalizadas, levantou-se a questão da marca própria da COPTIL, estar chamando atenção dos supermercados locais, fato este citado por cinco dos entrevistados, que também lembraram que sendo assentados da reforma agrária existem subsídios e créditos diferenciados para esse núcleo de agricultores.

Quando questionados sobre as ameaças do ambiente ao processo de abastecimento do mercado institucional pela Cooperativa, os entrevistados foram unânimes em apontar a burocracia dos programas como um entrave ao desenvolvimento deste mercado na região. Além da burocracia, a infraestrutura básica das comunidades foi levantada em 09 das 11 entrevistas realizadas, observações sobre a situação das estradas nas comunidades, seguidas pela falta de apoio público para os produtores, na resolução das questões ligadas a irrigação e abastecimento de água nas comunidades (açudes, cisternas, etc.).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de conclusão de curso buscou descrever e analisar as transformações desencadeadas na Cooperativa de Produção e Trabalho Integração Ltda., a partir do credenciamento desta nos programas de abastecimento alimentar PAA e PNAE. A partir da realização da pesquisa, percebeu-se que os programas de abastecimento alimentar, trouxeram um horizonte de crescimento para a cooperativa estudada, foi possível descrever as mudanças que ocorreram na COPTIL a partir da operacionalização dessa modalidade de mercado.

O resultado conforme o objetivo proposto é descrito no texto através das diversas ações realizadas pelo grupo de cooperados em busca da melhoria de suas atividades, respeitando suas características culturais de origem, e a experiência adquirida em sua trajetória de assentados no município de Hulha Negra-RS. Conforme relatado no texto a COPTIL, passou por diversos momentos e formas de organização, desde o trabalho totalmente coletivo até a decisão de dividir todo o patrimônio adquirido, a reconstrução da entidade, as tentativas de novos empreendimentos e projetos, até o início da operacionalização das políticas de abastecimento alimentar através do PAA em 2010, depois o credenciamento para atender ao PNAE nos municípios da Região da Campanha.

Observa-se que esta organização social necessita avanços em vários aspectos, conforme abordado nas entrevistas, tanto pelos cooperados como pelos informantes chave, apesar do aumento do quadro social, os agricultores ainda não acreditam totalmente no trabalho organizativo, pois tendem a trabalhar de forma individual, as questões de infraestrutura foram citadas com ênfase durante o desenvolvimento das entrevistas a campo e também pelos informantes chave, tanto no que se refere às propriedades, no sentido de manejo da produção, irrigação e estruturas de suporte, como nas questões mais abrangentes, ligadas ao município e suas estruturas públicas, as estradas não apresentam trafegabilidade em todos os períodos do ano, o que dificulta o escoamento da produção, as entidades públicas e outras que tem atuação no município, não se comunicam, ocasionando confusão nas informações prestadas aos agricultores.

Quanto às políticas públicas de abastecimento PAA e PNAE, foi possível observar na caracterização de seu marco legal, que apresentam condições de promover o desenvolvimento das cadeias produtivas locais, pelos seus critérios em relação ao público beneficiário e seus objetivos de garantir a segurança e soberania alimentar, ficou evidente durante o trabalho de pesquisa que as legislações atuais apresentam interfaces umas com as outras, é possível

identificar esses pontos, nos objetivos, público alvo, bem como nas regulamentações que foram estruturadas para a operacionalização destas ferramentas públicas de fomento ao desenvolvimento das cadeias ligadas a segurança e soberania alimentar.

Observa-se que a trajetória da COPTIL, recebeu impulso crescente depois da entrada desta, nas formas de comercialização institucional, o fato da cooperativa representar os assentados, um dos públicos preferenciais das políticas públicas, apóia a obtenção de incentivos e fomentos por parte de órgãos governamentais, dessa forma o grupo de agricultores optou por estruturar sua cadeia produtiva, com o intuito de consolidar sua participação nos mercados voltados para os Programas de abastecimento alimentar.

Como evidências deste desenvolvimento, é possível destacar o aumento significativo de seu quadro social, a implementação da agroindústria de processamento mínimo de vegetais, aquisição de veículo próprio para o transporte de alimentos, além de fatores subjetivos, mas, não menos importantes para o processo, como a informação crescente por parte dos agricultores entrevistados, sobre os Programas de comercialização e suas formas de interação com a agricultura familiar, a confiança observada durante as entrevistas por parte dos cooperados no rumo em que a COPTIL está direcionando suas ações.

Por fim, espera-se que este estudo traga mais informação sobre a operacionalização das políticas públicas de abastecimento PAA e PNAE, que o estudo de caso aqui relatado sirva de exemplo para outras organizações rurais, que podem espelhar-se nas ações realizadas pela Cooperativa pesquisada, que o âmbito regional do estudo possa trazer interesse em âmbito acadêmico para instituições de ensino que trabalhem com o desenvolvimento rural.

Considerando-se a complexidade do assunto, fica a sugestão de novos e mais aprofundados estudos sobre a temática das políticas públicas de abastecimento alimentar, especialmente os situados na Região da Campanha, onde o processo de implementação das políticas de abastecimento alimentar, especialmente o PNAE, encontram-se em compasso lento, se comparado a outras Regiões do Estado do Rio Grande do Sul.

O objetivo principal de pesquisa, certamente foi atingido, pois foi respondido o questionamento inicial com a descrição e análise sobre a maneira como as políticas institucionais de abastecimento alimentar impulsionaram o desenvolvimento da COPTIL em Hulha Negra. O assunto não esgota-se na pesquisa realizada, pois a dinâmica e complexa realidade em que encontra-se a agricultura familiar permite aprofundamentos acadêmicos que fogem ao objetivo deste trabalho.

REFERÊNCIAS

BORGES, Juliano Luís. **Ruralidades e meio ambiente MST: do produtivismo a agroecologia**. Grupo de trabalho 7. Ruralidades e meio ambiente. 2009. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/site/evento/SociologiaPolitica/GTs-ONLINE/GT7%20online/mst-productivismo-JulianoBorges.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2013.

BRASIL. RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997. **Dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legislacao/CONAMA_RES_CONS_1997_237.pdf>. Acesso em: 11 mai 2012.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006a. **Diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em: 11 abr 2013.

BRASIL, RESOLUÇÃO Nº 08, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2003 - Dispõe sobre a aquisição de sementes produzidas pela agricultura familiar, em conformidade com o PAA de que trata o artigo 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/institucional/resolucoespa>>. Acesso em: 11 abr. 2013.

BRASIL, RESOLUÇÃO Nº 20 DE 02 DE AGOSTO DE 2006 - Dispõe sobre os procedimentos para a modalidade. Formação de Estoques pela Agricultura Familiar no âmbito do PAA. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/institucional/resolucoespa>>. Acesso em: 11 abr. 2013.

BRASIL, RESOLUÇÃO Nº 30, DE 7 DE AGOSTO DE 2008 - Institui no âmbito do PAA a modalidade "Aquisição de Alimentos para Atendimento da Alimentação Escolar" e dispõe sobre os procedimentos para esta nova modalidade. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/institucional/resolucoespa>>. Acesso em: 11 abr. 2013.

BRASIL. **Roteiro de Elaboração de Projetos Agroindustriais para os Territórios Rurais** - Ministério do Desenvolvimento Agrário/Secretaria de Desenvolvimento Territorial – Gerencia de negócios e comércio – Brasília, novembro de 2007. Disponível em: <<http://www.cpact.embrapa.br/forum/roteiro.pdf>>. Acesso em: 06 mai 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 11 abr 2013.

BRASIL. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. **Estatuto da Terra**, e dá outras providências. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4504.htm>. Acesso em: 11 abr 2013.

BRASIL. Lei nº 6.746, de 10 de dezembro de 1979. Altera o disposto nos arts. 49 e 50 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (**Estatuto da Terra**), e dá outras providências.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1970-1979/L6746.htm>. Acesso em: 11 abr 2013.

BRASIL, Lei nº 10.696, DE 2 DE JULHO DE 2003. **Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências.** Acesso em 28 de junho de 2013 no site http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.696.htm

BRASIL. Resolução - RDC nº. 218, de 29 de julho de 2005. **Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Procedimentos Higiênicos Sanitários para Manipulação de Alimentos e Bebidas Preparados com Vegetais.** Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/7b871900474597419fabdf3fbc4c6735/RDC_218.pdf?MOD=AJPERES>. Acesso em: 11 mai 2013.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o **Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN** com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm>. Acesso em: 08 mai 2013

BRASIL. Instrução normativa INSS/PR nº 11, de 20 de setembro de 2006 Dou de 21/09/2006. **Estabelece critérios a serem adotados pela área de Benefícios.** Disponível em: <<http://www.sindifisp.org.br/servicos/filiacao/pdf/47.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2013.

BRASIL. Resolução Conama 385 Nº, de 27 de dezembro de 2006. **Estabelece procedimentos a serem adotados para o licenciamento ambiental de agroindústrias de pequeno porte e baixo potencial de impacto ambiental.** Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legislacao/CONAMA_RES_CONS_2006_385.pdf>. Acesso em: 11 mai 2013.

BRASIL. Lei 11.947 de junho de 2009. **Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica;** altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm>. Acesso em: 08 mai 2013.

BRASIL. RESOLUÇÃO/CD/FNDE nº 38 de 16 de julho de 2009. **Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar.** Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao>>. Acesso em: 01 jun. de 2013.

BRASIL. Lei nº 13.839 de 5 de dezembro de 2011. **Institui a Política Estadual de Fomento à Economia da Cooperação,** cria o Programa de Cooperativismo, o Programa de Economia Popular e Solidária, o Programa Estadual de Fortalecimento das Cadeias e Arranjos Produtivos Locais, o Programa Gaúcho de Microcrédito e o Programa de Redes de Cooperação, e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1335366330.pdf>. Acesso em: 08 mai 2013.

BRASIL. Lei n.º 13.921, de 17 de janeiro de 2012. **Institui a Política Estadual de Agroindústria Familiar no Estado do Rio Grande do Sul**. Publicada no DOE nº 013, de 18 de janeiro de 2012.

BRASIL. Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012 e Decreto regulamenta o art. 19 da Lei no 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o **Programa de Aquisição de Alimentos - PAA**, e o Capítulo III da Lei no 12.512, de 14 de outubro de 2011. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/paa/DECRETO_N%C2%BA_7775_PAA_05_07_2012.pdf>. Acesso em: 08 mai 2013.

BRASIL. **Definição de módulo fiscal**. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/1661245/modulo-rural-e-modulo-fiscal>> Acesso em: 11 abr. 2013.

BRASIL. Banco Central do Brasil. **Normas do Pronaf**. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/NXT/gateway.dll?f=templates&fn=default.htm&vid=nmsGeropMCR:dvGeropMCR>>. Acesso em: 11 abril de 2013.

BRASIL, PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA GESTÃO DAS COOPERATIVAS – Instrumento de Avaliação / Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop). / Fundação Nacional da Qualidade (FNQ). – Brasília, 2012. 70 p. – Versão 2013. Disponível em: <<http://premiogestao.brasilcooperativo.coop.br/wp-content/uploads/2013/04/Manual-de-preenchimento.pdf>>. Acesso em:

CAPELESSO, Emérson. **Relatório CONAB/PAA**. Relatório referente as ações desenvolvidas pela COPTIL. Aspectos históricos. Hulha Negra: COPTIL, 2012.

CHELOTTI, M. C.; PESSÔA, V. L. S. Assentamentos rurais e as transformações territoriais no Pampa Gaúcho/RS/BR. In: **6ª Bienal Coloquio de Transformaciones Territoriales**, 2006, Santa Fé/AR. 6ª Bienal. Santa Fé/AR : UNL, 2006. Disponível em: <<http://www.lagea.ig.ufu.br/biblioteca/artigos/santafe2006.pdf>>. Acesso em: 16 mai 2013.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Caderno de Legislação**. 2013 Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conabweb/agriculturaFamiliar/arquivos/livretoDigem%20-%20PUBLICO%20EXTERNO%20-%20V10JUL.pdf>> Acesso em: 01 jun 2013.

GEHLEN, Ivaldo. MOCELIN, Daniel Gustavo. **Organização social e movimentos sociais rurais** / [organizado por] Ivaldo Gehlen e Daniel Gustavo Mocelin; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GRANDO, Marinês Zandavali. **Um retrato da agricultura familiar gaúcha**. Fundação de Economia e Estatística. Indic. Econ. FEE, Porto Alegre: 2012, v. 39, n. 4, p. 159-176. Disponível em:

<<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/2645>>. Acesso em: 13 mai 2013.

IBGE. Cidades. **Hulha Negra. Histórico.** IBGE. 2010 Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?codmun=430965>> Acesso em: 16 mai 2013.

IBGE. Nota Técnica. **Censo Agropecuário 2006.** Agricultura familiar. Acesso em: 12 mai 2013. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006/notatecnica.pdf>. Acesso em: 10 maio 2013.

MARFRIG. **Dados sobre a empresa que possui uma unidade em Hulha Negra.** Disponível em: <<http://www.marfrig.com.br/marfrig/empresa/empresa.asp>>. Acesso em: 10 maio 2013.

MIELE, Marcelo. **Mercados e comercialização de produtos agroindustriais.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA/INCRA. Superintendência Regional do Rio Grande do Sul SR-11. **Relatório ambiental do projeto de assentamentos das Palmeiras, Hulha Negra/RS.** Porto Alegre: dez 2006.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Fome Zero.** VI Encontro Nacional dos Coordenadores, Estaduais e Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição – CGPAN/MS/Brasília/DF, Abril/2006. Disponível em: <http://189.28.128.100/nutricao/docs/evento/reuniao_nacional/2006/apresentacoes/17_04_2006/fzconseasabril2.pdf>. Acesso em 24 jun. 2013.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Pampa. Folder Pampa - Conhecimentos e Descobertas frente e verso.** Brasília. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/biomas/pampa>>. Acesso em: 15 maio de 2013.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Parecer da Equipe Técnica do IBAMA.** Grupo de trabalho do bioma pampa – sobre o zoneamento ambiental da atividade da silvicultura no rio grande do sul. GRUPO DE TRABALHO BIOMA PAMPA/IBAMA/RS. Conforme Ordem de Serviço nº 37/06 de 29/09/2006. Disponível em: <http://www.natbrasil.org.br/Docs/monoculturas/parecer_zoneamento_ibama_2007.pdf>. Acesso em: 15 mai 2013.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Mapa dos biomas.** Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf_chm_rbbio/_arquivos/mapas_cobertura_vegetal.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2013.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 49.338, de 05 de julho 2012. Regulamenta a Lei nº 13.922, de 17 de janeiro de 2012, que estabelece a Política Estadual para Compras Governamentais da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais e da Economia Popular e Solidária – Compra Coletiva/RS, e institui o Comitê Gestor da Compra Coletiva/RS e dá outras providências. Disponível em: <http://www.sdr.rs.gov.br/upload/20130228101029decreto_49338.2012___regulamenta_a_politica_de_compra_coletiva_rs.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2013.

PLANO DE RECUPERAÇÃO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO DO ESTADO (PE) CONQUISTA DA FRONTEIRA (PRA). **Documento diagnóstico realizado pela Emater da Hulha Negra**. 2010.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei n.º 13.922, de 17 de janeiro de 2012**. Estabelece a Política Estadual para Compras Governamentais da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais e da Economia Popular e Solidária – Compra Coletiva/RS. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?>>. Acesso em: 08 mai 2013.

RIO GRANDE DO SUL. **Programa de Qualificação da Infraestrutura Básica e Produtiva dos Assentamentos**. Departamento de Desenvolvimento Rural e Departamento de Desenvolvimento Agrário, Porto Alegre: 2011. Disponível em: <http://www.sdr.rs.gov.br/upload/20111109163045manual_operativo_dda.pdf>. Acesso em: 15 mai 2013.

RIO GRANDE DO SUL. **Plano de Recuperação do Projeto de Assentamento do Estado do Rio Grande do Sul (pe) conquista da fronteira** - este documento faz parte do PDA (Plano de Desenvolvimento do Assentamento) foi escrito e estruturado através de metodologias participativas pela Equipe do Escritório Municipal da Emater de Hulha Negra e os moradores do Assentamento Conquista da Fronteira. 2010.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Desenvolvimento Pesca e Cooperativismo. **Manual Operativo do Programa Sabor Gaúcho**. Disponível em: <http://www.sdr.rs.gov.br/upload/20130425142318manual_operativo_programa_estadual_de_agroindustria_familiar__peaf_.pdf>. Acesso em: 16 mai 2013.

SALMAN, Ana Karina Dias. **Conceitos de manejo de pastagem ecológica**. Porto Velho, RO: Embrapa Rondônia, 2007. 19 p. (Documentos/Embrapa Rondônia, ISSN 0103-9865; 121). Disponível em: <http://www.cpafrro.embrapa.br/media/arquivos/publicacoes/doc121_pastagemecologica_.pdf>. Acesso em: 16 mai 2013.

SCHULTZ, Glauco. Waquil, Paulo Dabdab. **Políticas Públicas e Privadas e competitividade das cadeias produtivas agroindustriais** / organizado por Glauco Schultz [e] Paulo Dabdab Waquil; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre; Editora da UFRGS, 2011.

SEPLAG. Secretaria Estadual de Planejamento. **Mapa do Corede da Campanha**. Rio Grande do Sul. 2010. Disponível em: <http://www.scp.rs.gov.br/upload/MAPAS_A4_Campanha.pdf>. Acesso em: 01 jun 2013.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES FLORESTAIS. **Os biomas e suas florestas**. Bioma pampa. Brasil, 2013. Disponível em: <http://www.florestal.gov.br/snif/recursos-florestais/os-biomas-e-suas-florestas>. Acesso em 15 de maio de 2013.

VERDUM, Roberto; FONTOURA, Luiz Mazzini. **Temáticas Rurais: do local ao regional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WAGNER, Saionara Araújo et. al. **Gestão e planejamento de unidades de produção agrícola**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil - UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

WAQUIL, Paulo Dabdab; MIELE, Marcelo e SCHULTZ, Glauco. **Mercados e comercialização de produtos agrícolas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

WIKIPÉDIA. **Agronegócio**. Disponível em:
<<http://pt.wikipedia.org/wiki/Agroneg%C3%B3cio>>. Acesso em: 13 abr 2013.

APENDICES

APENDICE 1

Roteiro de perguntas orientadoras para as entrevistas com o público alvo do estudo

A) Para os dirigentes da Cooperativa:

1. Qual a sua função na COPTIL?
2. Qual seu envolvimento com as ações relativas ao PAA e PNAE na entidade?
3. Como aconteceu a inserção da Cooperativa nos programas de abastecimento alimentar?
4. Em sua opinião quais são desafios enfrentados pela Cooperativa no que se refere a operação dos projetos de PAA e PNAE
5. Como percebe o ambiente local no sentido de oportunidades para o mercado institucional?
6. Quais os pontos em que a COPTIL se fortalece com o PAA e o PNAE
7. Quais os aspectos a serem melhorados pela Entidade na operação do PAA e PNAE
8. Atualmente quais os produtos que estão sendo comercializados nos editais atendidos pela Cooperativa em relação aos Programas PAA e PNAE?
9. Como se dá o fluxo operacional da cooperativa em relação a esses programas?
10. Cite evidências de mudanças estruturais que ocorreram na COPTIL após adesão da entidade aos programas de abastecimento alimentar?
11. Deixe um depoimento pessoal sobre os programas de abastecimento PAA e PNAE?

APENDICE 2

B) Para os Cooperados

1. Data de adesão à COPTIL?
2. Qual sua motivação para essa adesão?
3. Conhece os programas de abastecimento alimentar PAA e PNAE, se conhece, o que sabe sobre eles?
4. O que representa percentualmente, para sua família participar do mercado institucional, ligado ao PAA e o PNAE? (Ex. 10% da renda da família)
5. Que produtos entrega para os programas? E o restante da produção como comercializa?
6. Existem dificuldades, na entrega dos produtos ao programa? E, se existem quais são elas? Como poderiam ser melhoradas?
7. Visualiza oportunidades para a atividade de comercialização para os mercados institucionais PAA e PNAE? Quais?
8. Quais suas pretensões em relação à comercialização de seus produtos para o abastecimento institucional PAA e PNAE:
() permanecer no nível atual () aumentar a comercialização () diminuir nesse segmento

ANEXOS

ANEXO 1 – Reportagem sobre os programas de abastecimento alimentar operacionalizados pela COPTIL, divulgação do jornal Minuano/Bagé-RS

[21h:43min] 17/02/2012 - SOLIDARIEDADE

Paróquia São Pedro recebe doação de kits alimentícios

Na tarde da última quarta-feira, a paróquia São Pedro recebeu 50 cestas de alimentos da Cooperativa de Produção e Trabalho Integrado Limitado (Coptil) da cooperativa de produtores da cidade de Hulha Negra.

Francisco Bosco



Essa doação faz parte do programa de aquisição de alimentos "Modalidade doação simultânea", do programa Fome Zero do governo Federal.

De acordo com o diretor do Coptil, Emerson Capelisso, o projeto atende 500 famílias de cidades diferentes, entre elas Candiota, Hulha Negra e Bagé.

"O programa funciona quando os produtos plantados pelos agricultores são vendidos para a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), e doados para as instituições que atendem famílias carentes.

Elas recebem os kits com o objetivo de garantir a compra dos produtos que são produzidos pelos agricultores", explica.

Segundo conta a catequista da paróquia, Mara Elaine Martins, os assistidos e beneficiados pelas cestas fazem parte das atividades da paróquia.

"São famílias da pastoral da criança e pastoral de pessoas idosas. Todos são de comunidades carentes assistidos pelos projetos sociais da paróquia", finaliza.

ANEXO 2 – Reportagem sobre os programas de abastecimento alimentar operacionalizados pela COPTIL, divulgação do jornal Minuano/Bagé-RS

[22h:54min] 11/02/2012 - Assistência

Programa beneficia 190 famílias com o repasse de alimentos

Na manhã de ontem, um total de 190 famílias de Candiota foi beneficiado com o repasse de kits de alimentos.

Fotos: Divulgação



ENTREGA: mobilizou a comunidade

O benefício acontece após a inserção do município no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do Governo Federal. Na região, o PAA é desenvolvido em uma ação que envolve Coptil (Cooperativa de Produção Trabalho e Integração Ltda.), Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), e as entidades Paróquia Sagrado Coração de Jesus e as Associações de Moradores de Seival e João Emílio. A iniciativa conta, ainda, com o auxílio da prefeitura. O programa, firmado através de convênio entre as partes, tem duração prevista até janeiro de 2013, com um repasse

de produtos a cada mês.

Conforme explicou o membro diretivo da Coptil, Émerson Capelesso, assentados e pequenos agricultores de Bagé, Candiota e Hulha Negra que integram a Cooperativa produzem os alimentos. O que é produzido é comprado pela Conab, a um preço pré-estabelecido, e repassado às entidades para fazerem a distribuição junto às famílias, da zona urbana do município, que se encontram em situação de vulnerabilidade, detalhou. Segundo ele, o projeto auxilia tanto o produtor, pois garante a comercialização da produção, quanto quem é beneficiado com os kits. Isto estimula o produtor a melhorar e ampliar sua produção. A maioria não produzia tanto porque não tinha garantia de venda, comentou. O projeto já havia sido desenvolvido, anteriormente, em Bagé e Hulha Negra. Agora, inserimos Candiota. Em toda a região, serão cerca de 500 kits distribuídos, informou Capelesso. O município de Aceguá também passará a ser beneficiado neste ano. Dentro deste trabalho, a Prefeitura de Candiota auxiliou as entidades na separação e distribuição do material, bem como na seleção das famílias a serem beneficiadas a partir de informações registradas em um cadastro socioeconômico produzido e atualizado pela Secretaria de Ação Social, Trabalho e Renda. De acordo com a responsável pela pasta, Hilda Rejane Bom, cada kit é composto por alimentos como arroz, mandioca, feijão, cebola, beterraba, moranga, farinha de trigo e outros produtos. Um dos grandes objetivos desta iniciativa é melhorar as condições de saúde alimentar das famílias, enalteceu. Primeira beneficiada com o repasse, Alessandra Vieira da Silva, de 21 anos, agradeceu o auxílio. Habitante da Morada do Sol, na sede do município, Alessandra conta que ela e o marido estão desempregados no momento. Faço algumas limpezas, quando encontro serviço.

O meu esposo está à procura de trabalho, informou. Mãe de quatro filhos, ela diz que os alimentos vieram em boa hora. Ajuda bastante, ainda mais agora que está chegando à época de retorno às aulas. Comprar o material para os quatro filhos é complicado, argumentou.

ANEXO 3 – Planta baixa da agroindústria de vegetais minimamente processados da COPTIL

